

INÍCIO / LUSA

Migrações: Pacto global tem virtudes mas alcance político está fragilizado com deserções -- análise

Os objetivos humanistas e abrangentes do pacto global para a migração da ONU são uma "grande virtude", mas o "alcance político e geográfico" do documento está fragilizado perante a "cadência de deserções", segundo o investigador Bernardo Pires de Lima.

Lusa

08 Dezembro 2018 — 08:17

TÓPICOS

◦ Economia

Negociado ao nível intergovernamental sob os auspícios da ONU, o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM, na sigla em inglês), que deverá ser adotado na próxima semana numa conferência em Marrocos, tem como base um conjunto de princípios, como por exemplo a defesa dos direitos humanos, dos direitos das crianças migrantes ou o reconhecimento da soberania nacional, e enumera 23 objetivos e medidas concretas para ajudar os países a lidarem com as migrações, nomeadamente ao nível da informação e da integração.

"A grande virtude é elencar, de uma forma abrangente, humanista e integrada, um conjunto de objetivos sobre migrações e refugiados, capazes de interligar os comportamentos dos Estados na regulação dos seus fluxos, na defesa dos direitos inalienáveis de refugiados (tantas vezes violados) e das suas integrações nas sociedades de acolhimento", afirmou à Lusa o investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) da Universidade Nova de Lisboa, a propósito das potencialidades do documento, o primeiro deste género.

Apesar das virtudes, o analista de política internacional realçou que o texto tem uma "principal fragilidade" que está associada à "cadência de deserções" verificada nos últimos meses e nas últimas semanas.

Subscreva as newsletters **Diário de Notícias** e receba as informações em primeira mão.

SUBSCREVER

Deserções que estão a fragilizar "o alcance político e geográfico" do pacto, disse o colunista.

Mesmo não tendo uma natureza vinculativa, o pacto global patrocinado pela ONU está a dividir opiniões e a reunir as críticas de forças nacionalistas e anti-migração em vários países e em várias regiões.

Estados Unidos, Austrália, Israel, Polónia, Áustria, República Checa, Hungria e República Dominicana estão entre os países que rejeitam o pacto global e já anunciaram que não vão assinar o texto.

Bernardo Pires de Lima frisou que o crescimento da união entre nacionalistas europeus e ocidentais é prévia à existência deste pacto, lembrando que "a desregulação, descoordenação e a impreparação dos Estados para lidar com grandes fluxos migratórios" têm sido um elemento central no aumento da intolerância e da identidade nacionalista.

"Mas com ou sem pacto, essa sinergia entre movimentos e partidos nacionalistas dar-se-ia

